



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

João Costa e Pedro Pinto

Imagem de capa

Arquivo Municipal de Loulé, PT-AMLLE-CMLLE-B-A-1-14_{3v}



SUMÁRIO

Imagem da capa: Peças de um puzzle: as surpresas que ainda podem aparecer sobre os livros das ordenações, p. 9
João Alves Dias

ESTUDOS

Coroa, Igreja e superstição em Montemor-o-Novo (1512-1513), p. 17
Jorge Fonseca

A construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra ao tempo do diretor António José das Neves e Melo (1814), p. 27
Guilhermina Mota

MONUMENTA HISTORICA

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Saul António Gomes, Diana Martins, Margarida Contreiras, Catarina Rosa, Pedro Alexandre Gonçalves, Inês Olaia, Pedro Pinto, Carlos da Silva Moura, Filipe Alves Moreira, Miguel Aguiar, Maria Teresa Oliveira, Andreia Fontenete Louro, Miguel Portela, Rui Mendes, Ana Isabel Lopes

Carta de venda feita por Isaac Galego, filho de Bento Cid, a Gil Reinel, Miguel Reinel e Benta Reinel, de casas na judiaria de Lisboa (1308), p. 47

Sentença do Bispo de Coimbra na causa entre a Colegiada de São Bartolomeu e o Convento de Lorvão sobre a penhora de um saltério (1350), p. 49

Testamento de Maria do Porto, presa na cadeia do Rei (1366), p. 53

Carta de quitação dada pelos moradores da vila da Feira a João Rodrigues de Sá, camareiro-mor (1389), p. 55

Quitação da colheita de Manteigas (1398), p. 57

D. João I solicita ao Rei de Aragão a restituição da barca de Vasco Vicente [1405], p. 59

Carta de escambo do Rei D. João I com Gonçalo Vasques Coutinho, Marechal do Reino (1411), p. 61

Quitação da colheita de Manteigas (1417), p. 67

Quitação da colheita de Manteigas (1421), p. 69

Carta de D. João I contendo traslado feito por Fernão Lopes de inquirição de D. Dinis acerca do julgado de Resende (1424), p. 71

Quitação da colheita de Manteigas (1433), p. 75

Carta do Rei D. Duarte à cidade de Barcelona, p. 77

Carta de pagamento do Rei D. Duarte a D. Aldonça de Meneses (1437), p. 79

Quitação da colheita de Manteigas (1446), p. 83

Quitação dada pelo Corregedor Afonso Gil das contas do procurador da Câmara do Porto João Eanes relativas ao ano de 1443-1444 (1447), p. 85

Quitação da colheita de Manteigas (1448), p. 89

Quitação da colheita de Manteigas (1453), p. 91

Carta de crença de Diogo Dias (1458), p. 93

Quitação da colheita de Manteigas (1465), p. 95

Quitação da colheita de Manteigas (1471), p. 97

Quitação do jantar de Manteigas (1481), p. 99

Auto da execução em efígie do Marquês de Montemor-o-Novo (1483), p. 101

Carta de venda de oito alqueires de pão que faz Álvaro Gomes, estante na Ilha da Madeira, a Rui Mendes de Vasconcelos como administrador do Hospital de Figueiró dos Vinhos (1492), p. 103

Carta de partilhas dos bens de Gonçalo Vaz de Castelo Branco (1493), p. 107

Carta de armas concedida por Maximiliano I a Lopo de Calvos (1497), p. 117

Carta de D. Manuel I a Miguel Pérez de Almazán, secretário do Rei de Castela e Aragão, sobre a saúde de seu filho D. Miguel (1499), p. 121

Precedências do “Conde de Faro” sobre o Conde de Alcoutim [c. 1501-1510], p. 123

Carta de D. Manuel I sobre a transladação do túmulo do Conde D. Henrique (1509), p. 133

Carta do Mestre de Santiago a Afonso Homem sobre a honra de Ovelha (1512), p. 135

Mercê a Afonso Homem dos rendimentos do selo da chancelaria da comarca de Trás-os-Montes (1515), p. 137

Ordem de construção de um hospital na vila de Mirandela (1515), p. 139

Confirmação da mercê a Afonso Homem dos rendimentos do selo da chancelaria da comarca de Trás-os-Montes (1522), p. 141

Carta do Padre Álvaro Rodrigues para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 143

Carta do Bacharel João Fernandes para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 145

Carta do Padre Álvaro Rodrigues para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 147

Nomeação de Pedro Martins como empreiteiro na obra do muro do castelo de Torre de Moncorvo (1536), p. 149

Carta de armas concedida por D. João III a João Pinto (1538), p. 151

Diligências para descargo da alma de D. Jorge de Melo, Bispo da Guarda (1549), p. 155

Auto de posse dos bens dos préstimos de Lamego (1552), p. 159

Carta de D. Catarina de Áustria a Diogo de Miranda sobre a saúde do Cardeal-Infante D. Henrique (1555), p. 163

Carta de Afonso Pestana, estante na Índia, a Francisco Fernandes, capelão do Conde de Tentúgal, narrando eventos na Índia relativos à expedição a Jafanapatão, entre outros [1562], p. 165

Carta de Afonso Pestana, estante na Índia, a Francisco Fernandes, capelão do Conde de Tentúgal, narrando eventos na Índia relativos à Inquisição, entre outros (1562), p. 169

Carta de D. Margarida de Sousa para a Rainha D. Catarina de Áustria (1563), p. 173

Relação do casamento do Duque de Bragança, D. João II, com D. Luísa Francisca de Gusmão (1633), p. 175

Escritura de fiança da renda do sal da vila de Avis (1682), p. 181

A obra dos pilares do dormitório do Colégio da Graça de Coimbra (1702), p. 185

Contrato do douramento do retábulo da capela-mor do Convento de Santa Ana em Coimbra (1711), p. 189

Contrato do douramento do retábulo do Nascimento da Igreja do Colégio de São Jerónimo de Coimbra (1713), p. 193

Escritura de compra e venda de um lagar de fazer vinho e adega na aldeia dos Francos de Santo António (1720), p. 197

Contrato de uma festa anual no Convento de S. Francisco de Coimbra (1745), p. 203

Estabelecimento da Irmandade de S. José na Igreja da Colegiada de Santa Justa em Coimbra (1752), p. 207

Contrato do negócio do descobrimento de minas no Reino de Portugal e dos Algarves (1758), p. 213

As rendas pertencentes à Mitra da cidade de Évora das vilas de Fronteira, Cabeço de Vide, Seda e Alter do Chão (1774), p. 217

Contrato para conclusão das obras na Igreja de Vale de Prazeres (1800), p. 219

Contrato da obra do cemitério da vila do Alcaide (1815), p. 223

Baixos-relevos maçónicos do artista Domingos António de Sequeira (1823), p. 227

Modelos do monumento do Rossio pelo artista Domingos António de Sequeira (1823), p. 229

Requerimento e deferimento para compra de penisco para arborização das dunas entre os rios Minho e Cávado (1888), p. 231

ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 237

LISBOA
2020

PRECEDÊNCIAS DO “CONDE DE FARO” SOBRE O CONDE DE ALCOUTIM [c. 1501-1510]

Transcrição de Carlos Silva Moura
CEH, Universidade NOVA de Lisboa

CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH,
Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa

Resumo

[1501-1510]

Minuta emendada de uma petição dirigida ao rei D. Manuel I, com alegações e fundamentos jurídicos, segundo os quais o “conde de Faro”, D. Sancho de Noronha, 3.º conde de Odemira, deveria preceder D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Alcoutim, na hierarquia da nobreza.

Abstract

[1501-1510]

Amended draft of a petition addressed to king Manuel I with allegations and legal grounds according to which the “earl of Faro”, D. Sancho de Noronha, 3rd earl of Odemira, should precede D. Pedro de Meneses, 2nd earl of Alcoutim, in the nobility hierarchy.

Lisboa, AN/TT, Colecção de São Lourenço, Livro 5, fols. 3-6v

© *Fragmenta Historica* 8 (2020), (123-131). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344

¹ Documento² Minuta feita em 1.^a mão

[fól. 3] Senhor

As causas e rrezões³ por que o conde de farão per dereito precede o conde de alcoutim Sam . as seguintes .

primeiramente he . o⁴ dito conde mais chegado ao sangue rreal que o conde d alcoutim todo hum grao⁵ inteiro E o custume geral de vosos rregnos he que o mais chegado ao sange rreal precede todos os outros que tam . chegados nom são e este custume he fundado . em dereito segundo . o que disse aluoroto in titollo de feudo marchie ¶ 2º E por esto o conde de farão precedeu senpre o conde de villa rreal pai do marques E a rrezam . esta clara porque na soccessam do rregno soccede aquelle que he mais chegado ao Rey em sange segundo o que disse bal in titollo de feu. march. / 2ª collumpna⁶ sⁱ moriatur tota domus rregia & ⁷ extaret unus de sanguíne antíquo puta de domo barbone & non eset alius proxímior dato quod eset in milesímo gradu tamen iura sanguínjs succederet in rregno E poeis asy he que em socceder o conde de farão precedera⁸ ao marques nom he duujda preceder seu filho em se asentar diante delle E esta rrezam he fortissima e nom se lhe pode rresponder

Item nom he de duujdar que o conde de farão alem de ser majs chegado ao sangue rreal he neto e bisneto de dous duques .s. do duque dom afonso e do duque dom fernando cula nobleza e tronco fica edificado nos Reís antigos de portugal E esta se estende aos ⁹ tresnetos / [fól. 3v] Asi o disse bar na lei primeira ¶ de dignj. liuro xij⁹.

Item o conde de farão he conde habitu & altu & o conde de alcoutim he conde somente . de nome polo qual ho deue preceder porque o conde¹⁰ de farão tem suas lurdicoes e Senhorjo & as exercita per sy e per seus . ouujdores e oficiaees o que nom faz o conde d alcoutím E majs ho lugar d alcoutim he ole em dia patrimonjo e dote . de sua maí e ella e ho marques pesoiem e leuam a rrenda E que os condes que tem admjnstracam precedam aos que ha nom tem diseram hos doctores in ho titollo quis dicatur dux come. ¹¹ march. in 2ª quarta dizendo que os condes palatínos nom som propriamente condes porque nom tem admjnstracam do condado vnde disse aluoroto que o duque de veneza nom he propriamente duque porque nom pode líuremente exercitar Sua lurisdicam sem conselho dos . anciaõs e do pouo E poeis he notoreu que o conde d alcoutim nom tem nem exercita lurdiçam em alcoutim Segue se que por esta ¹² sso¹³ rrezam o conde de farão ho deue preceder

¹ Os critérios de transcrição adoptados são os da Universidade Nova de Lisboa, sugeridos em João José Alves Dias et al., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

² Transcrição da letra grafada em 1.^a mão.

³ Emendado. Primeiro, começou por escrever: “rrez[oa]”.

⁴ Emendado. Primeiro, escreveu: “m”.

⁵ Emendado. Primeiro, escreveu: “grão”.

⁶ Riscado: “que q”.

⁷ Riscado: “es”.

⁸ Emendado. Primeiro, escreveu: “precederja”.

⁹ Riscado: “rr”.

¹⁰ Caracter ilegível.

¹¹ Caracter riscado ilegível.

¹² Caracteres riscados ilegíveis.

¹³ Emendado. Primeiro, começou por escrever: “rr”.

Item nestas semelhantes precedencias se atende e esgarda principalmente o sublecto ¹⁴ sobre que caye a dignidade porque segundo a nobreza do sublecto em que caye¹⁵ a dignidade asi precede E neste casso alem do sangue e grao majs chegado ao Rey que tem ho conde de farão alnda Sua dignidade tem outro sublecto nobre per que deue preceder .s. que he conde de hũa tam / [fól. 4] noble e antiga villa como he odemjra e Senhor d aueiro e do ujmjeiro e de mortagoa e alcoutim foe¹⁶ ontem aldea de taujlla Sem çerco pauorada de algũs poucos homjiados estas conclusoes são certas e as poem felino na rrubrica de maioritate e hobidiencia e in .c. statujmus eodem E por esta rrezam o conde de farão deue preceder

Item deue preceder ex antiquitate dignjtatis porque magnjfeito . esta que o condado d odemjra he dos majs antigos do rregno e alcoutim nunca foe condado saluo depoeis que o vossa alteza fez E tanbem deue preceder ex antiquitate¹⁷ persone porque he majs velho e he seu tio e cassado e tem filhos E o conde d alcoutim he seu sobrinho e moço e solteiro e em poder de seu paí

Item toda ha majs nobreza que o conde d alcoutim tem he por parte de sua avoo maí de seu paí o qual sangue por vir por molher o dereito nom faz delle consideracam nem fundamento porque a nobreza descende e se derjua pollos machos e nom pllas [sic] femeas ut est Rex in .l. 1. ¶ de dignjta liuro xij^o / [fól. 4v]

Item o conde de farão he ilustre ¹⁸ da parte do paí e da mãi ho que nom he o conde d alcoutim que he Somente Ilustre da parte do paí E posto que da parte da mai sela noble nom he porem ilustre

Nom enbarga dizer que o conde d alcoutim he filho de marques E que em vida de seu paí se pode dizer quodammodo dominus per .l. in sujs ff de libe. e postu/ porque esto . he frete e abusíue set non vere quor pater est vere dominus et ipse filius nullam habeat admjnstracionem in vita patris E esta he comum doctrina dos doctores in .l. im sujs E he magnjfeito de dereito que onde concorre a ficçam com a verdade que a verdade precede a ficçam [sic] he doctrina de bar in .l. pro. enptore ff de vsucapí E portanto ho fengimento e esperança do conde d alcoutim nom pode causar prelujo ao conde de farão

E dado que em algumas partes se costumasse os filhos dos condes se chamarem . condes e as filhas das rraínhas se chamarem rraínhas nom se segue que por se así chamarem que per bem do tal nome fengido e abusíuo alam de preceder os outros E asy diremos dos cardeaes de santiago os quaees posto que tenham aquelle nome porem nom precedem aos verdadeiros bispos nem as verdadeiras dignidades / [fól. 5]

E casso que se diga que vem do conde de gigam nem por isso deue preceder ca em portugal onde o conde de farão he mais chegado ao Reí aa qual coussa se deue de oulhar quanto a esta precedencia de que se tracta . E o al podera ficar pera as precedencias de castella

Pede o conde a vossa alteza como a Reí e a soberano Senhor mande Isto logo determinar per fidalgos principaees e antigos e leterados sem sospeita e nom entre aqui o Lecenciado pero de gouuea porque he suspeito ao conde neste casso E alem de vossa alteza em elo fazer lustica fara¹⁹ merce ao conde²⁰ E arredara algũs scandallos que se desta materja podem rrecrescer / [fól. 5v]

¹⁴ Riscado: "p".

¹⁵ Emendado. Primeiro, escreveu: "caí".

¹⁶ Riscado e emendado. Primeiro, escreveu: "he al". Depois, riscou as letras "he a", grafou uma letra 'f' em substituição da letra 'l' e grafou as letras 'oe' para formar a palavra 'foe'.

¹⁷ Emendado. Primeiro, escreveu: "antiquitatj".

¹⁸ Riscado: "por".

¹⁹ Emendado. Primeiro, escreveu: "frara".

²⁰ Palavra grafada sobre borrão.

²¹ / [fól. 6]

²² / [fól. 6v]

Razões sobre *quem* proçedia [sic] .ss. o comde faro com ho comde d alcomtim [sic]

²³ Minuta intervinda em 2.^a mão

[fól. 3] Senhor

As causas e rrezões por que o conde de farão per dereito precede o conde de alcoutim Sam . as seguintes .

primeiramente he . o dito conde ²⁴<de farão> mais chegado ao sangue rreal que o conde d alcoutim todo hum grao ²⁵// ²⁶inteiro E o costume geral de vosos rregnos he que o mais chegado ao sange rreal precede todos os outros que tam . chegados nom são e este costume he fundado . em dereito segundo . o que disse aluoroto in titollo de feudo marchie ¶ ²⁹E por esto o conde de farão ²⁷<seu pay> precedeu senpre o conde de villa rreal pai do marques ²⁸+ E a rrezam . esta clara porque na soccessam do rregno soccede aquelle que he mais chegado ao Rey em sange segundo o que disse bal in titollo de feu. march. / 2.^a collumpna ²⁹+ ³⁰si moriatur tota domus rregia & extaret unus de sanguine antiquo puta de domo barbone & non eset alius proximior dato quod eset in milesimo gradu ³¹tamen iura sanguinis succederet in rregno E poeis asy he que em socceder o conde de farão precedera ao marques nom he duujda preceder ³²seu filho ³³<ao conde d alcoutym> em se asentar diante delle E esta rrezam he fortissima e nom se lhe pode rresponder //

³⁴<*e por ilygytjmo , e ser ³⁵barão o duque dom afonso foy lygytjmado //>

³⁶<*como he notoryo a todo o Reyno //>

³⁷<*alnda entra na ley , [quem quer] que sela>

Item nom he de duujdar que o conde de farão alem de ser majs chegado ao sangue rreal he neto e bisneto de dous duques .s. do duque dom afonso e do duque dom fernando cula nobleza e tronco fica edificado nos Reis antigos de portugal E esta se estende aos tresnetos / [fól. 3v] Asi o disse bar na lei primeira ¶ de dignj. liuro xij^o.

²¹ Em branco.

²² Em branco.

²³ Transcrição da letra grafada em 2.^a mão, com omissão das correcções feitas em 1.^a mão.

²⁴ Aditado em 2.^a mão.

²⁵ Sinal de indicação de texto marginal.

²⁶ Riscado em 2.^a mão.

²⁷ Aditado em 2.^a mão.

²⁸ Sinal de indicação de texto marginal.

²⁹ Sinal de indicação de texto marginal.

³⁰ Riscado em 2.^a mão.

³¹ Riscado em 2.^a mão.

³² Riscado em 2.^a mão.

³³ Aditado em 2.^a mão.

³⁴ Aditado em 2.^a mão.

³⁵ Emendado. Primeiro, escreveu: “por”.

³⁶ Aditado em 2.^a mão.

³⁷ Aditado em 2.^a mão.



Item o conde de farão he conde habitu & altu & o conde de alcoutim he conde somente . de nome polo qual ho deue preceder porque o conde de farão tem suas lurducoes e Senhorjo & as exercita per sy e per seus . oujdores e oficiaes o que nom faz o conde d alcoutim E majs ho lugar d alcoutim he ole em dia patrimojo e dote . de sua mai e ella e ho marques pesoiem e leuam a rrenda E que os condes que tem admjnstracam precedam aos que ha nom tem diseram hos doctores in ho titollo quis dicatur dux come. march. in 2ª quarta dizendo que os condes ³⁸palatinos ³⁹<que mjinstraçam nom tem> nom som propriamente condes porque nom tem admjnstracam do condado vnde disse aluoroto que o duque de veneza nom he propriamente duque porque nom pode liuremente exercitar Sua lurisdicam sem conselho dos . anciaõs e do pouo E poeis he notoreu que o conde d alcoutim nom tem nem exercita lurdiçam em alcoutim Segue se que por esta sso rrezam o conde de farão ho deue preceder

Item nestas semelhantes precedencias se atende e esgarda principalmente o sublecto sobre que caye a dignidade porque segundo a nobreza do sublecto em que caye a dignidade asi precede E neste caso alem do sangue e grao majs chegado ao Rey que tem ho conde de farão alnda Sua dignidade tem outro sublecto nobre per que deue preceder .s. que he conde de hũa tam / [fól. 4] ⁴⁰noble e ⁴¹// antiga villa como he odemjra e Senhor ⁴²e aueiro e do ujmeiro e de mortagoa e alcoutim foe ontem aldea de taujlla Sem çerco pauorada de algũs poucos homjziados estas conclusoes são certas e as poem felino na rrubrica de maioritate e hobidiencia e in .c. statujmus eodem E por esta rrezam o conde de farão deue preceder

⁴³<de hũa tam*>

⁴⁴<*nobre uyla como he>

⁴⁵<*e asy doutros senhorjos e uasalos que tem //>

Item deue preceder ex antiquitate dignjtatis porque magnjfestu . esta que o condado d odemjra he ⁴⁶dos majs antigos [sic] ⁴⁷em vo<sso> rregno e alcoutim nunca foe condado saluo depoeis que o vossa alteza fez // E tambem deue preceder ex antiquitate persone porque he majs velho e he seu tio ⁴⁸e cassado e tem filhos E o conde d alcoutim he seu sobrinho e moço e solteiro e em poder de seu pai

Item toda ha majs nobreza que o conde d alcoutim tem he por parte de sua avoo mai de seu pai o qual sangue por vir por molher o dereço nom faz delle consideracam nem fundamento porque a nobreza descende e se derjua pollos machos e nom pllas [sic] femeas ut est Rex in .l. 1. ¶ de dignjta liuro xijº

⁵⁰<saluo nas eran[ças] a mjingoa de [baRouens] //>

⁵¹<*saluo na erança que he por falecymto> / [fól. 4v]

Item o conde de farão he illustre da parte do pai e da mãi ho que nom he o conde d alcoutim que he Somente illustre da parte do pai E posto que da parte da mai sela noble nom he porem illustre //

³⁸ Riscado em 2.ª mão.

³⁹ Aditado em 2.ª mão.

⁴⁰ Riscado em 2.ª mão.

⁴¹ Sinal de indicação de texto marginal. Presume-se, mal introduzido, em função do sentido e do teor de toda a informação dada em 2.ª mão. Veja-se infra, o texto recomposto da minuta.

⁴² Riscado em 2.ª mão.

⁴³ Aditado em 2.ª mão.

⁴⁴ Aditado em 2.ª mão.

⁴⁵ Aditado em 2.ª mão.

⁴⁶ Riscado em 2.ª mão.

⁴⁷ Erro de concordância resultante das alterações feitas em 2.ª mão, descritas na nota anterior e na nota seguinte.

⁴⁸ Emendado em 2.ª mão. Na 1.ª mão: “do”. A 2.ª mão emendou a letra ‘d’ para grafar a letra ‘e’ e sobrepôs-lhe traço horizontal de abreviatura para a letra ‘m’. Depois, na união da haste vertical da letra ‘d’ com a letra ‘o’, assumiu uma letra ‘v’ e grafou as letras ‘o<sso>’.

⁴⁹ Riscado em 2.ª mão.

⁵⁰ Aditado em 2.ª mão.

⁵¹ Aditado em 2.ª mão.

⁶⁵ Minuta recomposta

[fól. 3] Senhor.

As causas e razões por que o conde de Faro⁶⁶, por direito, precede o conde de Alcoutim⁶⁷, são as seguintes.

Primeiramente. É o dito conde <de Faro> mais chegado ao sangue real que o conde de Alcoutim, todo um grau <*e por ilegítimo e ser varão, o duque dom Afonso⁶⁸ foi legitimado>. E o costume geral de vossos reinos é que o mais chegado ao sangue real precede todos os outros que tão chegados não são. E este costume é fundado em Direito, segundo o que disse Alvarotto, no título *de feudo marchie ducatus et comitatus*, ¶ 2.^o⁶⁹. E por isto, o conde de Faro <seu pai⁷⁰> precedeu sempre o conde de Vila Real⁷¹, pai do marquês⁷² <como é notório a todo o Reino>. E a razão está clara, porque na sucessão do Reino sucede aquele que é mais chegado ao Rei, em sangue, segundo o que disse Baldo, no título *de feudo marchie ducatus et comitatus*, 2.^a coluna⁷³ <*ainda entra na lei [quem quer] que seja> *in millesimo gradu*. E pois, assim é que, em suceder, o conde de Faro precedera ao marquês, não é dúvida preceder <ao conde de Alcoutim> em se assentar diante dele. E esta razão é fortíssima e não se lhe pode responder.

Item. Não é de duvidar que o conde de Faro, além de ser mais chegado ao sangue real, é neto e bisneto de dois duques, a saber, do duque dom Afonso⁷⁴ e do duque dom Fernando⁷⁵, cuja nobreza e tronco fica edificado nos reis antigos de Portugal. E esta se estende aos tresnetos. / [fól. 3v] Assim o disse Bártolo, na lei primeira, ¶ *de dignitatibus*, livro 12.^o⁷⁶.

Item. O conde de Faro é conde *habitu et altu* e o conde de Alcoutim é conde, somente de nome, por o qual o deve preceder, porque o conde de Faro tem suas jurisdições e senhorio e as exercita por si e por seus ouvidores e oficiais, o que não faz o conde de Alcoutim. E mais, o lugar de Alcoutim é, hoje em dia, património e dote de sua mãe⁷⁷ e ela e o marquês possuem e levam a renda. E que os condes que têm administração precedam aos que a não têm, disseram os Doutores no título *quis dicatur dux comes vel marchio*, na 2.^a carta, dizendo que os condes <que administração não têm> não são pro-

⁶⁵ Proposta de reconstrução textual com ortografia actualizada, mediante os seguintes critérios: **1)** Omissão dos erros, emendas e riscados feitos em 1.^a mão; **2)** Manutenção e reordenação das adições textuais de 2.^a mão, tanto as entrelinhadas (< >) como as colocadas à margem esquerda (< * >) ou à margem direita (< * >); **3)** Uso de sinal de interrogação entre parênteses rectos ([?]) para o texto ilegível; **4)** Uso de *itálico* entre parênteses rectos ([abc]) para o texto inferido; **5)** Identificação das personalidades nomeadas no documento; **6)** Identificação dos juristas nomeados no documento e respectivas obras, quando achadas, com remissão para exemplos de edições impressas consonantes, à época; **7)** Averbação completa, em Latim e em *itálico*, tanto quanto possível, das rubricas e peças legislativas mencionadas no documento; **8)** Também, em *itálico*, averbação de vocábulos latinos usados no documento, não sendo referentes a rubricas e peças legislativas.

⁶⁶ D. Sancho de Noronha (c. 1470-1520), 3.^o conde de Odemira (1496-1520). Desde 1483, usava informalmente o título de conde de Faro.

⁶⁷ D. Pedro de Meneses (1487-1543), 2.^o conde de Alcoutim (1502-1523) e 3.^o marquês de Vila Real (1523-1543). Desde 1499, usava informalmente o título de conde de Alcoutim.

⁶⁸ D. Afonso (1377-1461), 1.^o duque de Bragança (1442-1461).

⁶⁹ Jacopo Alvarotto, *Super feudis*, com adições de Matteo Corbinelli e Montorio Mascarello: v. ed. Pavia (1498), fól. 28 ([aqui](#)) [consult. 31-10-2020; assim como as demais ligações electrónicas indicadas nas notas seguintes].

⁷⁰ D. Afonso (c. 1432-1483), 1.^o conde de Faro (1469-1483) e 2.^o conde de Odemira, *jure uxoris*.

⁷¹ D. Pedro de Meneses (c. 1432-1499), 3.^o conde de Vila Real (1445-1489) e 1.^o marquês de Vila Real (1489-1499).

⁷² D. Fernando de Meneses (1463-1523), 1.^o conde de Alcoutim (1496-1499) e 2.^o marquês de Vila Real (1499-1523).

⁷³ Baldo degli Ubaldi, *Super usibus feudorum*, com adições de Andrea Barbazza: v. ed. Veneza (1500), fól. 24 ([aqui](#)).

⁷⁴ D. Afonso, 1.^o duque de Bragança. Já indicado, em nota supra.

⁷⁵ D. Fernando (1403-1478), 2.^o duque de Bragança (1461-1478).

⁷⁶ Bártolo de Sassoferato, *Super tribus ultimis libris Codicis*, com adições de Angelo degli Ubaldi: v. ed. Mântua (1476), fól. 54v ([aqui](#)).

⁷⁷ D. Maria Freire de Andrade (c. 1464-1528), esposa do 2.^o marquês de Vila Real.

priamente condes, porque não têm administração do condado⁷⁸, *unde* disse Alvarotto, que o duque de Veneza não é propriamente duque, porque não pode livremente exercitar sua jurisdição sem conselho dos anciãos e do povo⁷⁹. E pois, é notório que o conde de Alcoutim não tem nem exercita jurisdição em Alcoutim, segue-se que, por esta só razão, o conde de Faro o deve preceder.

Item. Nestas semelhantes precedências se atende e esguarda principalmente o sujeito sobre que cai a dignidade, porque, segundo a nobreza do sujeito em que cai a dignidade, assim precede. E neste caso, além do sangue e grau mais chegado ao Rei, que tem o conde de Faro, ainda sua dignidade tem outro sujeito nobre por que deve preceder, a saber, que é conde de uma tão / [fól. 4] antiga vila como é Odemira e senhor <de uma tão*> <*nobre vila como é> Aveiro, e do Vimieiro e de Mortágua <*e assim de outros senhorios e vassalos que tem> e Alcoutim foi ontem aldeia de Tavira, sem cerco, povoada de alguns poucos homiziados. Estas conclusões são certas e as põe Felino, na rubrica *de maiortate et obedientia*⁸⁰ e no capítulo *statuimus*⁸¹, *eodem*. E por esta razão, o conde de Faro deve preceder.

Item. Deve preceder *ex antiquitate dignitatis*, porque manifesto está que o condado de Odemira é mais antigo em vo<sso> Reino e Alcoutim nunca foi condado, salvo depois que o Vossa Alteza fez. E também deve preceder *ex antiquitate persone*, porque é mais velho e é seu tio e tem filhos e o conde de Alcoutim é seu sobrinho e moço e solteiro e em poder de seu pai.

Item. Toda a mais nobreza que o conde de Alcoutim tem é por parte de sua avó⁸², mãe de seu pai, o qual sangue, por vir por mulher, o Direito não faz dele consideração nem fundamento, porque a nobreza descende e se deriva pelos machos e não pelas fêmeas, *ut est Rex*, na lei 1, *¶ de dignitatibus*, livro 12.⁸³ <salvo nas heran[ças] à língua de [varões]> <*salvo na herança que é por falecimento>. / [fól. 4v]

Item. O conde de Faro é ilustre, da parte do pai e da mãe⁸⁴, o que não é o conde de Alcoutim, que é somente ilustre, da parte do pai. E posto que da parte da mãe seja nobre, não é, porém, ilustre.

Não embarga dizer que o conde de Alcoutim é filho de marquês e que em vida de seu pai se pode dizer *quodammodo dominus*, pela lei *in suis*⁸⁵, folhas *de liberis et postumis*⁸⁶, porque isto é frete e abuso, *set non vere quor pater est vere dominus et ipse filius nullam habeat administrationem in vita patris*. E esta é comum doutrina dos Doutores, na lei *in suis*. E é manifesto, de Direito, que onde concorre a ficção com a verdade, que a verdade precede a ficção, é doutrina de Bártolo, na lei *pro emptore*⁸⁷, folhas *de usucapionibus et usurpationibus*⁸⁸. E portanto, o fingimento e esperança do conde de Alcoutim não pode causar prejuízo ao conde de Faro <porque quando ser filho de marquês lhe houvera de valer, houvera de ser. Sendo igual a todas as outras coisas ao dito conde de Faro, então, se poderá aproveitar desta qualidade, que a preeminência> <*[?]isso mais [?]era dessa [?]?s [?]?s [?]???? por virtude, o preceda>.

⁷⁸ Na falta de menção concreta de autor, v. Jacopo Alvarotto, *op. cit.*, fól. 58, 1.ª col., *in fine*: ‘No. *quor* proprie ille dicitur comes (...)’ (aqui), sob a rubrica ‘Quis dicatur dux comes vel marchio’, iniciada no fól. 57v, 1.ª col., *in fine*; talvez, baseado em Baldo degli Ubaldi, *op. cit.*, fól. 38, 1.ª col., *in initio*: ‘Comes appellatur (...)’ (aqui), sob a rubrica ‘Quis dicatur dux marchio comes sive capitaneus vel vasallus’, iniciada no fól. 37v, 2.ª col., *in fine*.

⁷⁹ Jacopo Alvarotto, *op. cit.*, fól. 59, 2.ª col., *in fine*: ‘Quero quod de duce venetorum (...)’ (aqui).

⁸⁰ Felino Sandeo, *Opera*: v. ed. Lyon (c. 1499), fól. 137, 2.ª col. (aqui).

⁸¹ Felino Sandeo, *op. cit.*, fól. 149v, 2.ª col. (aqui).

⁸² D. Beatriz (c. 1435-1495), esposa do 3.º conde e 1.º marquês de Vila Real.

⁸³ Bártolo de Sassoferrato, *Super tribus ultimis libris Codicis*, *cit.*, fól. 54v (aqui).

⁸⁴ D. Maria de Noronha, filha de D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira.

⁸⁵ *Corpus iuris civilis. Infortiatum*. [= *Digestus vetus*, livro 28, título 2, lei 11] com as glosas ordinárias de Francesco d’Accorso, Sênior: v. ed. Veneza (1495), fól. [56] (aqui), erradamente numerado como fól. 58.

⁸⁶ *Ibidem*, fól. 55 (aqui).

⁸⁷ Bártolo de Sassoferrato, *Super prima parte Digesti novi*: v. ed. Veneza (1482), fól. 93v (aqui).

⁸⁸ *Ibidem*, fól. 80, *in fine* (aqui) e ss., sobretudo, fól. 84 (aqui).

E dado que em algumas partes se costumasse os filhos dos condes se chamarem condes e as filhas das rainhas se chamarem rainhas, não se segue que, por se assim chamarem, que, por bem do tal nome fingido e abusivo, hajam de preceder os outros. E assim diremos dos cardeais de Santiago, os quais, posto que tenham aquele nome, porém, não precedem aos verdadeiros bispos nem às verdadeiras dignidades. / [fól. 5]

E caso que se diga que vem do conde de Gijón⁸⁹, nem por isso deve preceder em Portugal, onde o conde de Faro é mais chegado ao Rei, à qual coisa se deve de olhar quanto a esta precedência de que se trata <por este conde de Alcoutim ser mais um conde>. E o al poderá ficar para as precedências de Castela.

Pede o conde a Vossa Alteza como <a seu Rei> e a soberano senhor, mande isto logo determinar por fidalgos principais e antigos e letrados sem suspeita e não entre aqui o licenciado Pêro de Gouveia⁹⁰, porque lhe é suspeito, ao conde, neste caso. E além de Vossa Alteza em ele fazer justiça, fará mercê ao conde e arredará escândalos que se aí podem recrescer. / [fól. 5v]

[Em branco] / [fól. 6]

[Em branco] / [fól. 6v]

Razões sobre quem precedia, a saber: o conde Faro com o conde de Alcoutim



⁸⁹ D. Alfonso Enríquez (1355-1395), conde de Gijón y Noreña, em Castela, avô paterno do 3.º conde e 1.º marquês de Vila Real.

⁹⁰ Entre outros ofícios, desembargador dos agravos na Casa da Suplicação (1500-1515): v. Jorge André Nunes Barbosa da Veiga Testos, *Sentenças Régias em Tempo de Ordenações Afonsinas, 1446-1512: um estudo de diplomática judicial*, dissertação de mestrado, Lisboa, FLUL, 2011, p. 169.



CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA